



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL
EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – POLEDUC**

Curso

Curso de Iniciação à Gestão Pública (20h) - Curso de Formação Profissional

Assunto: Produto técnico oriundo dos resultados da dissertação “TÉCNICOS QUALIFICADOS, UNIVERSIDADE FORTALECIDA: ANÁLISE DE CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO” pertencente ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.



SERGIO MURILO A. CARVALHO



LEONARDO DAMASCENO DE SÁ

FORTALEZA, 2026.

RESUMO

Este produto nasce de uma necessidade real diagnosticada pela pesquisa de mestrado, que identificou o subaproveitamento do capital intelectual gerado pela qualificação dos técnicos da UNEMAT. Trata-se de um conjunto de conteúdos estruturados com base nas competências necessárias à formação profissional, convertendo o conhecimento científico produzido na modalidade *stricto sensu* em conteúdo aplicado à gestão universitária. O curso visa aproximar a pesquisa da prática institucional, oferecendo uma solução para a profissionalização de processos e fortalecimento da governança através da capacitação técnica.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 OBJETIVOS.....	4
3 PÚBLICO-ALVO	4
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	4
5 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO	5
6 DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	5
7 ORIENTAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO	6
8 MECANISMOS DE DISSEMINAÇÃO.....	6
9 RESULTADOS ESPERADOS E IMPACTO.....	6
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	6
11 REFERÊNCIAS.....	7

1 Apresentação

De acordo com as diretrizes da CAPES, este Curso para Formação Profissional está diretamente relacionado à produção científica da Pós-Graduação. O subaproveitamento do capital intelectual dos técnicos qualificados na UNEMAT foi o problema central identificado. O curso constitui um mecanismo de tradução do conhecimento científico para a lógica institucional, permitindo sua assimilação e reduzindo incertezas na estrutura organizacional.

2 Objetivos

O objetivo principal é transformar o conhecimento científico produzido no Mestrado em competências práticas de gestão. Busca-se qualificar quadros atuantes para a aplicação de conhecimentos científicos nas decisões gerenciais, promovendo a inovação institucional e a melhoria da governança universitária.

3 Público-alvo

O produto destina-se aos Profissionais Técnicos de Ensino Superior e gestores da instituição, visando integrar saberes relevantes à gestão administrativa e acadêmica.

4 Fundamentação

A proposta fundamenta-se em dois pilares principais:

- Enquadramento Sistêmico (Luhmann): Entende a universidade como um sistema complexo que necessita de tradução de conhecimentos para romper rotinas e inovar.
- Validação Simbólica (Bourdieu): Busca reduzir a assimetria entre o capital científico docente e o técnico-administrativo, legitimando a atuação dos técnicos por meio da

institucionalização de saberes. A metodologia baseia-se na reflexão sobre a prática (Schön, 1983), integrando teoria e ação.

5 Metodologia de Construção

O produto foi desenvolvido a partir de um diagnóstico institucional realizado durante a dissertação. A estrutura curricular foi organizada em módulos práticos baseados em temas recorrentes e críticos da gestão universitária, como orçamento, custos e apoio estudantil.

6 Descrição do Produto

O curso possui carga horária total de **20h**, estruturado da seguinte forma:

Princípios da Gestão Pública 2h Fundamentos constitucionais, princípios administrativos e accountability.

Recursos Humanos 2h Legislação, desenvolvimento de pessoal e gestão por competências.

Comunicação Institucional 2h Fluxos de informação, transparência e imagem institucional.

Orçamento 3h Ciclo orçamentário (PPA, LDO, LOA) e execução financeira.

Controle Interno 2h Auditoria, gestão de riscos e integridade pública.

Gestão Acadêmica (Grad/Pós/Ext) 6h Estruturas, avaliação CAPES e políticas de extensão.

Compras e Licitações 3h Processos licitatórios e contratos administrativos.

7 Orientações de Implementação

O curso deve ser implementado de forma modular, permitindo flexibilidade institucional. Sugere-se a coordenação conjunta entre o setor de RH e o programa de pós-graduação para garantir a vinculação entre teoria e prática.

8 Mecanismos de Disseminação

O material completo do curso será disponibilizado no repositório institucional. Além disso, a metodologia permite a replicação através de oficinas e treinamentos internos periódicos.

9 Resultados Esperados e Impacto

Espera-se a profissionalização dos processos de tomada de decisão e o fortalecimento da governança institucional. O impacto é mensurável pelo aproveitamento do capital intelectual dos técnicos e pela melhoria na prestação de contas e transparência.

10 Considerações Finais

O produto cumpre integralmente as diretrizes da CAPES para mestrados profissionais ao fechar o ciclo: pesquisar, aplicar, qualificar e transformar. Apresenta média complexidade e alto potencial de replicabilidade em outras instituições de ensino superior.

11 Referências

Bibliografia Básica

ARAGÃO, Joaquim. Burocracia e Modernização: o Modelo Weberiano e as Reformas Administrativas. Brasília: ENAP, 1997.9

ARGIRYS, Chris; SCHÖN, Donald. Organizational Learning II:

Theory, Method, and Practice. Reading, MA: Addison-Wesley, 1996.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado e administração pública gerencial. São Paulo: Editora 34, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERLIE, Ewan; ASHBURNER, Lynn; FITZGERALD, Louise; PETTIGREW,

Andrew. The New Public Management in Action. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LUHMANN, Niklas. Organização e decisão. Brasília: Editora UnB, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2016.

MINTZBERG, Henry. Estrutura e dinâmica das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2007.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1995.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão pública: estratégias para um Estado democrático. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHÖN, Donald. The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action. New York: Basic Books, 1983.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Editora UnB, 1999.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.10

Referências Normativas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta licitações e contratos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º abr. 2021.

CAPES. Portaria nº 171, de 7 de agosto de 2018. Institui o Grupo de Trabalho sobre Produção Técnica. Brasília, DF: CAPES, 2018.

MEC. Diretrizes para a Educação Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

Bibliografia Específica dos Módulos

1. Princípios da Gestão Pública

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado e administração pública gerencial. São Paulo: Editora 34, 1998. Disponível em: <https://books.google.com>.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. Reinventando o governo. Brasília: MH Comunicação, 1995. Disponível em: <https://books.google.com>.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão pública: estratégias para um Estado democrático. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <https://fgv.br>.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Editora UnB, 1999. Disponível em: <https://books.google.com>.

FONSECA, José Ricardo. Administração pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://books.google.com>.

2. Recursos Humanos

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://books.google.com>.11

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Disponível em: <https://books.google.com>.

BERGUE, Sandro Tarcísio. Gestão de pessoas no setor público. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br>.

BITENCOURT, Claudia. Gestão por competências. Porto Alegre: Bookman, 2004. Disponível em: <https://books.google.com>.

CARBONE, Pedro Paulo et al. Gestão por competências e aprendizagem organizacional. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <https://fgv.br>.

3. Comunicação Institucional

DUARTE, Jorge (org.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://books.google.com>.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública. São Paulo: Paulus, 2016. Disponível em: <https://books.google.com>.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003. Disponível em: <https://books.google.com>.

LUHMANN, Niklas. A realidade dos meios de comunicação. São Paulo: Paulus, 2005. Disponível em: <https://books.google.com>.

4. Orçamento Público

GIACOMONI, James. Orçamento público. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: <https://books.google.com>.

SLOMSKI, Valmor et al. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://books.google.com>.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br.12>

5. Controle Interno

CRUZ, Flávio da. Controle interno na administração pública. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://books.google.com>.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://books.google.com>.

OECD. Public sector integrity. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org>.

6. Gestão da Graduação

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Superior. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior: avaliação e regulação. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <https://books.google.com>.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior. Campinas: Autores Associados, 2010. Disponível em: <https://books.google.com>.

TROW, Martin. Reflexões sobre o ensino superior de massas. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>.

7. Gestão da Pós-Graduação

CAPES. Documento de área. Brasília: CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes>.

CAPES. Relatório de Avaliação Quadrienal. Brasília: CAPES. Disponível em: <https://www.gov.br/capes>.

FREITAS, Maria Ester de. Administração acadêmica. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Disponível em: <https://fgv.br>.

CASTRO, Cláudio de Moura; CABRAL, A. Ensinar e aprender no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2020. Disponível em:

<https://books.google.com>.

8. Gestão da Extensão

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Brasília: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.forproex.ufscar.br>.